

**Uma análise da interpretação de Geoffrey Hodgson, Ha-Joon Chang
e Richard Nelson sobre desenvolvimento econômico**

**An analysis of the interpretation of Geoffrey Hodgson, Ha-Joon Chang
and Richard Nelson on economic development**

Alexandre Ottoni Teatini Salles¹

Dacieli Sausen²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as principais contribuições teóricas elaboradas por três autores com destacada influência no pensamento heterodoxo contemporâneo sobre desenvolvimento, quais sejam: Geoffrey Hodgson, Ha-Joon Chang e Richard Nelson. Sabe-se que suas produções científicas têm características teóricas e metodológicas distintas, contudo esta diversidade contribui para a interpretação interdisciplinar proposta neste artigo. As pesquisas elaboradas por eles possuem importantes complementariedades que contribuem para interpretar aspectos teóricos e históricos complexos que se cruzam na explicação do tema. Fazer este tipo de análise é o objetivo fundamental deste estudo. Propõe-se que as instituições desempenham um papel fundamental na dinâmica da atividade econômica na medida em que moldam e são moldadas pelo comportamento dos agentes, afetando assim os fundamentos econômicos, sociais, culturais e tecnológicos do desenvolvimento econômico. As principais conclusões do artigo são: i) a coevolução deste conjunto de fatores constituem os elementos essenciais para o desenvolvimento, uma vez que a sociedade é concebida como um organismo complexo que evolui a partir de mudanças que ocorrem em um ambiente em constante transformação; ii) as interconexões entre as abordagens destes autores estabelecem elementos teóricos fundamentais para uma interpretação institucionalista evolucionária do desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Instituições. Evolução institucional. Tecnologia. Autores institucionalistas.

Abstract: The article aims to analyze the main theoretical contributions elaborated by three authors with a strong influence on contemporary heterodox thinking on development, namely: Geoffrey Hodgson, Ha-Joon Chang and Richard Nelson. It is known that their scientific researches has distinct theoretical and methodological characteristics, however this diversity contributes to the interdisciplinary interpretation proposed in this survey. The researches they have developed has important complementarities that contribute to interpret complex theoretical and historical aspects that intersect in the explanation of the theme. This is the key purpose of this article. It is proposed that institutions play a fundamental role in the dynamics of economic activity insofar as they shape – and are shaped – by the behavior of agents, thus affecting the economic, social, cultural and technological foundations of economic development. The main conclusions are: i) the coevolution of this set of factors constitute the essential elements for development, since society is conceived as a complex organism that evolves from changes that occur in an environment in constant transformation; ii) the interconnection between these authors' approaches establishes fundamental theoretical elements for an evolutionary institutionalist interpretation of economic development..

Keywords: Economic development. Institutions; Institutional evolution. Technology. Institutional scholar.

¹ Doutor em Economia pela University of Hertfordshire (UK). Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: aotsalles@gmail.com

² Mestra em Economia pela UFES.

Introdução

Este artigo se propõe analisar o fenômeno do desenvolvimento econômico sob a perspectiva de três autores que possuem uma interpretação teoricamente harmoniosa com a Escola de Pensamento intitulada Economia Institucional Original (doravante EIO). De acordo com esta abordagem, desenvolvimento econômico é um fenômeno que opera em um ambiente complexo e evolutivo que contempla variáveis qualitativas (não apenas a variação quantitativa do produto interno bruto), forças sociais, e a interação entre indivíduos e instituições. Ou seja, trata-se de um processo endógeno de mudanças institucionais, culturais e tecnológicas que se desdobram ao longo do tempo afetando a qualidade de vida da sociedade como um todo. Contudo, é importante salientar que a EIO não apresenta um modelo teórico geral sobre a natureza e as causas do desenvolvimento. Hodgson (1998/2017) ressalta que na abordagem da EIO, fenômenos complexos são analisados com um número limitado de conceitos comuns e ferramentas teóricas específicas. Por isso, e levando-se em conta a interdisciplinariedade da Escola, optou-se por elaborar um estudo sobre o tema utilizando princípios teóricos elaborados por autores diferentes, mas cuja interpretação é compatível com a visão geral desta Escola.

Assim, o artigo se concentra em analisar trabalhos seminais elaborados por três autores com destacada influência no pensamento heterodoxo contemporâneo sobre desenvolvimento, e que tem grande aderência com a EIO, quais sejam: Geoffrey Hodgson, Ha-Joon Chang e Richard Nelson. Sabe-se que a produção científica deles apresenta características teóricas e metodológicas distintas, contudo esta diversidade contribui para a interpretação teórica proposta neste artigo³. Isso se justifica, uma vez que esta Escola entende desenvolvimento como um fenômeno multicausal, multidimensional, além de ser teórica e historicamente denso. Sendo assim, acredita-se que, em conjunto, as pesquisas sobre o tema elaboradas por estes autores são capazes de elucidar de forma complementar aspectos teóricos e históricos complexos que se cruzam e se complementam na explicação do fenômeno. Elaborar este tipo de análise é, portanto, o objetivo fundamental do estudo.

O trabalho intelectual de Hodgson é dedicado a elaborar uma abordagem teórica evolucionária do pensamento institucionalista. Assim, em sua análise sobre desenvolvimento, ele enfatiza como o processo de causação cumulativa opera na mudança institucional e estrutural da economia ao longo do tempo. Por sua vez, Ha-Joon Chang concebe uma abordagem histórica do desenvolvimento

³ É importante salientar que este estudo não tem a pretensão de revisar todo trabalho dos autores sobre desenvolvimento, mas sim recuperá-los a partir da análise de alguns de seus textos mais influentes.

incorporando a política e o papel das instituições para debater a organização e a evolução socioeconômica dos países. Por fim, a análise de Nelson foca no papel da tecnologia considerada como elemento fundamental responsável pelo crescimento econômico das nações.

Para cumprir o objetivo proposto, o artigo está organizado em quatro seções adicionais, além desta introdução. Na seção 1, apresenta-se a interpretação de Hodgson sobre desenvolvimento econômico tal como apresentado em seu trabalho de 2005. Em seguida, discute-se a análise de Chang acerca da natureza e características do desenvolvimento a partir da abordagem que ele chamou de Economia Política Institucional. A seção 3 examina as principais contribuições teóricas de Nelson, bem como faz um paralelo entre as visões destes três autores. Por fim, breves considerações finais concluem o artigo.

1. Elementos fundamentais da interpretação de Geoffrey Hodgson sobre desenvolvimento econômico

Ao longo de sua carreira de mais de quatro décadas, a produção científica de Geoffrey Hodgson tem se concentrado no estudo de elementos teóricos e metodológicos fundamentais do pensamento institucionalista evolucionário ligado à tradição da EIO. Nesta trajetória, ele tem abordado o tema desenvolvimento econômico desde 1991 até recentemente. A análise de seus artigos publicados sobre este tema demonstra que o autor tem aprimorado sua interpretação e feito aplicações de suas hipóteses para determinados casos específicos.

Como dito, a primeira incursão do autor especificamente sobre desenvolvimento econômico foi em Hodgson (1991). Neste trabalho, após uma análise crítica das limitações teóricas da abordagem ortodoxa, ele associa desenvolvimento à mudança institucional ocorrida a partir da mensuração das “disrupções” do sistema econômico provocadas por crises sociais e políticas. Com o passar dos anos, o autor agregou novos argumentos teóricos em sua interpretação do fenômeno e publicou outros artigos (HODGSON, 1996, 2005, 2017) que demonstram a evolução de seu pensamento a respeito do tema⁴. Contudo, consideramos que trabalho de 2005 (*Institutions and Economic Development*) é sua principal contribuição do ponto de vista teórico, uma vez que nele Hodgson utiliza o método

⁴ Há outros trabalhos do autor sobre desenvolvimento publicados como capítulos de livro. O texto que será objeto de análise nesta seção é prova disso. Contudo, o objetivo aqui não é fazer uma pesquisa exaustiva sobre a obra de Hodgson sobre o tema, mas sim apresentar os elementos teóricos fundamentais de seu pensamento a partir de um de seus trabalhos mais representativos.

evolucionário de causação reconstitutiva das instituições (elaborado em HODGSON, 2002, 2003, 2006a, 2006b) para apresentar sua interpretação sobre as causas e características do desenvolvimento econômico. Por este motivo, este artigo vai se concentrar na análise elaborada em Hodgson (2005).

Este trabalho foi publicado como capítulo de um livro que tem o (sugestivo) título: *Reimagining Growth: Towards a Renewal of Development Theory*. Nele, Hodgson (2005) elabora em detalhes seus argumentos teóricos buscando entender as causas fundamentais do desenvolvimento econômico através de uma abordagem institucionalista evolucionária, foco de sua agenda de pesquisa. Mais especificamente, o ensaio examina a importância das instituições no processo histórico do desenvolvimento, enfatizando a maneira como elas restringem, habilitam e reconstituem as decisões dos agentes econômicos em geral que transformam o progresso material e social das nações.

O autor inicia esta discussão apresentando conceitos básicos subjacentes ao debate. O primeiro deles é o de instituições. De acordo com Hodgson (2005, 2006/2017) instituições são sistemas de regras estabelecidas e prevalecentes que estruturam o comportamento humano e suas interações sociais. Em outras palavras, são sistemas de regras sociais formadas mediante hábitos enraizados de pensamento da generalidade dos membros de uma sociedade⁵. Isso inclui: normas de conduta, convenções sociais, e normas legais e formais. Segundo ele, a definição de “sistema de regras” advém da concepção de Douglas North, na qual instituições são entendidas como as “regras do jogo” predominantes, ou as restrições humanamente concebidas que moldam a interação humana. No entanto, Hodgson enfatiza que, para além desta concepção, deve-se considerar as regras que moldam efetivamente a interação humana e não aquelas que são ignoradas (e, portanto, não obedecidas), ou mesmo as que tem pouco efeito sobre o comportamento dos indivíduos em suas respectivas realidades culturais.

As instituições são um tipo especial de estrutura social que envolvem regras codificáveis de interpretação da realidade e de comportamento humano. Segundo Hodgson (2005), a evolução desta estrutura social ocorre através de um processo de “seleção natural das instituições”⁶. Isso significa que as instituições mudam de forma cumulativa e sequencial ao longo do tempo, promovendo assim

⁵ Veblen define instituições como hábitos de pensamento disseminados e arraigados na estrutura mental de uma sociedade que determinam o comportamento corriqueiro e o esquema de vida dos indivíduos (VEBLEN, [1898a] (2017), 1898b e [1899] (1987). Sobre isso, ver também, entre outros: Conceição (2018), Cavalcante (2014), Dequech (2017), Ferrari Filho e Conceição (2001), Hodgson (1993, 2002, 2005, 2006/2017), Lopes (2013), Monasterio (2005), Salles e Camatta (2014, 2017 e 2020).

⁶ A abordagem da EIO propõe que a evolução das sociedades ocorre historicamente através de um processo de seleção natural das instituições. Este é um termo amplamente utilizado por Veblen em várias de suas obras (devido à influência do método *darwiniano*) e por autores da Escola quando abordam a natureza do processo evolutivo do sistema capitalista. Eles entendem que as mudanças no comportamento humano são cumulativas e se desdobram em uma sequência sem um fim pré-determinado.

uma mudança (evolução) dinâmica na atividade econômica. Contudo, o autor alerta que instituições não são indestrutíveis, uma vez que elas passam pelo crivo do tempo. Desta forma, umas permanecem por muito tempo e outras desaparecem em função da dinâmica social na qual estão inseridas. É isso que Veblen e autores *veblenianos* querem dizer quando afirmam que a vida em sociedade implica numa “seleção natural das instituições”.

Hodgson propõe que as instituições evoluem através de um processo de causação reconstitutiva descendente (*reconstitutive downward causation/effects*)⁷, ou seja, elas influenciam o comportamento humano estabelecendo parâmetros de conduta culturalmente determinados. Contudo, como se trata de um fenômeno reconstitutivo, elas também são influenciadas pelas mudanças humanas, pois também se modificam devido aos novos procedimentos adotados pela generalidade das pessoas daquela comunidade. Em sequência contínua e cumulativa, é desta forma que instituições evoluem. Sua evolução provoca um processo histórico de transformações do ponto de vista econômico, social, cultural, político, ou seja, em todas as esferas entrelaçadas da atuação humana. Este processo infinito representa o desenvolvimento da própria sociedade. Assim sendo, indivíduos e instituições estão em um ambiente em constante evolução. Isso representa o cerne do pensamento do autor sobre o processo de desenvolvimento econômico e social. Este é o argumento central de sua interpretação desenvolvimentista. Esta definição é importante para o estudo que o autor faz sobre desenvolvimento, por isso será discutida com mais detalhes abaixo.

A partir desta definição de instituições como sistemas de regras sociais, Hodgson (2005) procura compreender como estas regras são estabelecidas e seguidas pela sociedade, já que isso é de grande importância para entender sua visão sobre desenvolvimento econômico. Seu argumento central é de que os resultados efetivos obtidos pela implementação das instituições refletem-se na própria eficiência (leia-se, capacidade de produzir mudanças econômicas positivas) dos mercados. Nesta discussão, ele afirma que o sistema econômico é formado pelo entrelaçamento de diversos tipos de instituições. Por isso, ele faz uma distinção entre instituições formais e informais. Instituições formais são constituídas por regras codificáveis explícitas (leis e constituições), e as informais representam regras não explícitas (normas de comportamento, convenções sociais, cultura, *etc.*).

⁷ Em seu *website* pessoal, Hodgson informa que entre os anos de 2007 a 2010, revisou sua opinião sobre o termo *reconstitutive downward causation* substituindo-o por *reconstitutive downward effects*. Ele considerou mais apropriado o uso de *effects*, uma vez que ele expressa melhor o fato de que os efeitos da causalidade reconstitutiva descendente surgem quando um sistema que contém elementos de nível superior cria ou reitera condições que podem estar relacionadas a alterações no caráter dos elementos de nível inferior. Para efeito da análise elaborada neste artigo, esta mudança não afeta de forma qualitativa a análise feita sobre o pensamento do autor sobre desenvolvimento. O autor detalha sua posição a respeito do assunto em: <<https://www.geoffreyhodgson.uk/downward-causation>>.

Neste debate, ele faz questão de ressaltar que estas regras formais e informais se complementam. Na verdade, todas as instituições jurídicas envolvem algum tipo de regra informal, mesmo que hajam leis codificadas, pois uma regra formal nunca será plenamente estabelecida simplesmente pela proclamação de um decreto. É necessário, assim, que as regras sejam sancionadas nos comportamentos cotidianos dos indivíduos, ou seja, que sejam enraizadas em seus hábitos de pensamento.

Hodgson (2005) faz ainda outra distinção no que diz respeito à evolução das instituições. Segundo ele, algumas instituições podem evoluir de forma espontânea, ou como resultado de intervenção exógena. No primeiro caso, podem proporcionar enormes realizações sociais, como é o caso, por exemplo, da linguagem. A linguagem é entendida como qualquer sistema de símbolos ou sinais que visam a comunicar ideias ou sentimentos. Desde tempos primórdios, sua evolução tem sido causada por um conjunto de regras observadas entre os comunicadores para transmitir o significado pretendido sem que, no entanto, tenha sido projetada, desde seu início, enquanto regra formal. Observando este exemplo, o autor ressalta que em qualquer cultura existe muitas outras regras informais de interação humana que são reproduzidas simplesmente por sua conveniência naquele contexto social.

Por outro lado, existem sistemas de regras que necessitam de regras formais – ou mesmo de outras instituições – para que possam evoluir. A instituição da propriedade privada é um exemplo. Hodgson (2005) ressalta que em um mundo de informação incompleta, altos custos de transação e relações assimétricas entre os agentes, instituições são necessárias para fazer valer os direitos das pessoas usufruírem de suas propriedades. Neste sentido, ele é contrário à visão de que os direitos de propriedade e a estrutura de mercado em si podem emergir e serem sustentados sem que haja a intervenção do Estado. Sendo assim, a relevância das instituições como sistema de regras e a maneira pelas quais as regras são estabelecidas e cumpridas são elementos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento econômico.

Hodgson (2005) sustenta que um dos problemas do desenvolvimento é a dificuldade de estabelecer uma administração pública justa e eficaz, bem como um eficiente sistema de direitos de propriedade que estejam sustentados de maneira formal por meio de regras, e informal por meio de regras informais enraizadas nos hábitos de pensamento dos indivíduos. Neste contexto de alta complexidade, instituições são necessárias para dar regularidade e fornecer alguma coordenação ao comportamento de indivíduos diferentes que agem em contextos semelhantes. A existência de um sistema de regras sociais efetivas indispensáveis para dar algum grau de organização socialmente

proveitosa para os mercados em geral é uma das condições fundamentais para que o país possa trilhar uma trajetória de desenvolvimento econômico. Contudo, ele mesmo alerta que esta trajetória é historicamente determinada e não está livre de turbulências ao longo do percurso.

Voltando ao exemplo da linguagem, é inegável compreender que sem suas regras a comunicação seria impossível. As regras têm, portanto, esta função de interconectar os indivíduos. Eles observam as regularidades de comportamento para posteriormente decodificarem sua própria interpretação do contexto. Sua interação inicial com o mundo baseia-se nas regras de linguagem. Posteriormente, manifesta-se em uma miríade de outras regras sociais culturalmente estabelecidas e (às vezes) impostas e modificadas no ambiente em que estão inseridos. Conforme relata o autor, a aquisição destas regras é essencial para a interação social dos indivíduos e para sua sobrevivência. Ela fornece sinais importantes que os orientam na tomada de decisão dos agentes, a saber, decisões relacionadas à determinada restrição, capacitação, e expansão de seu comportamento.

As instituições (e suas evoluções) são necessárias para a organização da sociedade e para a avaliação de seu desempenho do ponto de vista econômico e social. Esta concepção de que instituições são necessárias para promover e restringir a ação humana é válida para as instituições em geral, incluindo o mercado. O mercado é uma instituição social em que os vários compradores e vendedores trocam um número substancial de produtos das mais diversas especificações e tipos. Além de partilhar regras básicas de participação, contratos e definição dos preços, envolve também a negociação entre os agentes. Do ponto de vista da abordagem *mainstream*, o mercado é apenas um *locus* onde ocorre a interação entre oferta e demanda com o objetivo de se atingir uma situação de equilíbrio intertemporal estável. Contudo, Hodgson (2005) propõe que ele é uma instituição organizada e estruturada que permite mais do que o intercâmbio individual entre os agentes, pois é capaz de moldar os gostos e preferências dos indivíduos através de diversos sistemas de persuasão.

Esta discussão sobre o mercado é importante para a argumentação de Hodgson sobre desenvolvimento, já que ele argumenta que as economias em desenvolvimento não devem esperar que os mercados surjam e ajam com eficiência automaticamente. Pelo contrário, uma nação que almeja o desenvolvimento requer que a sociedade civil esteja atenta às limitações, entraves e barreiras inerentes à sua cultura, incluindo problemas de natureza econômica, social e legal. Em outras palavras, as instituições promovem inúmeras formas de interação dos indivíduos com o ambiente. No tempo histórico, emergem desta interação diversos fenômenos – via relação de causa e efeito – que transformam a sociedade do ponto de vista econômico e social.

A relação entre instituições e indivíduos não é simétrica. As instituições não apenas permitem a ação individual, mas também moldam e modificam as disposições e aspirações dos indivíduos. Neste ponto, Hodgson parte do pressuposto de que nascemos em um mundo de instituições preexistentes em que opera uma situação de *reconstitutive downward causation/effects*. Assim sendo, aponta que na análise do desenvolvimento econômico é impossível supor os fenômenos como dados e, a partir daí, explicar o todo, como faz, por exemplo a tradição do *mainstream* tal como iniciada pelo trabalho precursor de Solow (1956).

Como dito anteriormente, *reconstitutive downward causation/effects* é o argumento teórico elaborado por Hodgson para explicar como as instituições evoluem. As instituições determinam o comportamento dos indivíduos, mas de forma reconstitutiva são influenciadas por eles. Hodgson (2005) argumenta a relação causal das instituições para os indivíduos (*downward causation*) não impede ou exclui a influência transformadora dos indivíduos sobre as instituições (o termo *reconstitutive* demonstra que instituições e indivíduos estão sempre transformando uns aos outros). Este circuito opera da seguinte forma: as instituições canalizam e restringem o comportamento dos indivíduos de modo que estes formam novos hábitos. Tais novos hábitos de pensamento e, por consequência, novos comportamentos, fazem emergir também novas preferências e intenções. Uma vez compartilhados, esta mudança na conduta humana afeta e reconstitui de maneira *upward* as instituições, e isso ocorre num processo contínuo. Em suma, a *reconstitutive downward causation/effects* explica como as instituições afetam a conduta dos indivíduos e como os indivíduos reconstituem as instituições.

A partir destas considerações, Hodgson (2005) propõe que uma política de desenvolvimento econômico deve envolver necessariamente o que chamou de “fortalecimento institucional”. Isso significa que a sociedade deve atentar para a criação de instituições que favoreçam o cumprimento das normas e dos valores que conduzem à uma maior integração social, desenvolvimento pessoal, e provimento das necessidades humanas em geral. Assim, o percurso histórico de suas instituições assume uma característica *path dependence* e torna-se uma decisão duplamente importante em termos econômicos: i) porque fornece estruturas de incentivo (ou não) para o comportamento individual; ii) porque possuem a capacidade de moldar mentalidades e preferências individuais, fator crucial para se prosseguir de forma robusta e consistente na trajetória de desenvolvimento. Levando-se em conta que este processo envolve mudança na mentalidade dos indivíduos, das organizações, das relações e estruturas sociais, a construção institucional é um elemento crucial para o desenvolvimento e normalmente demanda um longo tempo.

Em síntese, o desenvolvimento econômico é visto como um fenômeno complexo, ocorrendo em um ambiente institucional evolutivo através de um processo de causação descendente e visa a obtenção de um padrão de vida mais elevado para o conjunto da sociedade. Tal situação requer transformações profundas nos mais diferentes níveis da sociedade, desde mudanças qualitativas nos hábitos de indivíduos, passando mudanças tecnológicas, econômicas (organizações, mercados, regulações, *etc.*), sociais e políticas. Hodgson (2005, pp. 94-95) sintetiza sua interpretação sobre o tema da seguinte forma:

An implication for economic development is that attention should be given to institutions and institutional features that are conducive to norms and values that serve social integration, personal development, and human needs more generally. The choice of institutions becomes a doubly important policy decision, not only because they provide incentive structures for individual behavior, but also because institutions can mould individual mentalities and preferences. [...] A policy of economic development must necessarily involve institution-building. [...] institution-building must involve a judicious combination of careful legislation with simultaneous efforts to encourage the development of habits and other informal cultural features that are consistent with policy goals. Legislation cannot go faster than the development of human habits and informal social norms. But at the same time, a policy of non-intervention, in the name of individual freedom or social self-organization, is misguided. There is no good theoretical argument to suggest that appropriate economic institutions will always evolve by themselves.

Esta abordagem acerca dos determinantes do desenvolvimento proposta por Hodgson (2005) leva em consideração que países, regiões ou mesmo pequenas comunidades apresentam trajetórias distintas em seu processo de evolução institucional. Isso ocorre porque as sociedades em geral estão mergulhadas em um ambiente social e cultural distintos entre si. O que se fica claro em sua argumentação é que as instituições estão na base deste processo. Elas são diferentes de país para país e, portanto, passam por processos evolutivos diferenciados. Hodgson (2005) postula que desenvolvimento econômico é processo capitaneado por transformações ocorridas no tecido social que almeja melhorar o padrão de vida do conjunto da sociedade e que este processo é fruto de um processo historicamente determinado de evolução idiossincrática das instituições.

2. A Economia Política Institucional de Ha-Joon Chang

Ha-Joon Chang é um economista sul-coreano, professor da Universidade de Cambridge, que tem se destacado na nova geração de economistas heterodoxos por suas pesquisas na área do desenvolvimento econômico. Da mesma forma que Hodgson, ele entende que o comportamento dos indivíduos – e suas preferências – não são “dados”, ou seja, devem ser explicados do ponto de vista teórico, uma vez que ambos divergem da concepção de *homo economicus racional* proposto pela

interpretação do *mainstream economics*. Isso significa que o comportamento dos agentes não é atomizado e sim dinâmico, com que são capazes de moldar e serem moldados por fatores externos como, por exemplo, as instituições. Nas palavras de Chang (2002, p. 17):

[...] this is because institutions embody certain “values” (worldviews, moral codes, social norms, or whatever one may choose to call them), and, by operating under these institutions, individuals inevitably internalize some of these values and thereby have their selves changed.

Esta interpretação de Chang sobre o papel das instituições no comportamento humano corrobora a visão de Hodgson e é também compatível com a ocorrência de uma *reconstitutive downward causation*. Isso porque está de acordo com a interpretação de que o processo de mudança institucional ocorre a partir das transformações das instituições para os indivíduos, e não somente dos indivíduos para as instituições. De fato, Chang (2002) classifica tal característica como sendo o papel constitutivo das instituições.

Com base nisso, Chang propõe uma abordagem crítica à abordagem neoliberal, apresentando uma alternativa teórica que denomina de Economia Política Institucional. Em sua opinião, a principal limitação da visão neoliberal está em propor que o comportamento humano e a concorrência capitalista são dados e imutáveis. Tal fato, segundo o autor, prejudica a interpretação dos fenômenos econômicos em geral, em particular o desenvolvimento econômico.

O autor salienta que a conduta humana e suas variações diante do ambiente cultural de cada nação são elementos fundamentais que determinam o caráter e a dinâmica do desenvolvimento. Chang (2011) ilustra este argumento através de uma análise dos limites legais de horas de trabalho permitidas nas sociedades ao longo do século XX. Pelo menos até o início do século passado, a maioria das pessoas acreditavam ser inaceitável que o governo estipulasse a quantidade de horas de trabalho a serem cumpridas.

A Economia Política Institucional de Chang propõe incorporar a política e as instituições na análise da organização e evolução das economias. O seu programa de pesquisa inicia-se com a redefinição de conceitos essenciais – negligenciados pela teoria tradicional – introduzindo o papel das instituições e relações políticas entre os agentes. Segundo Chang (2002), do ponto de vista desta abordagem, o mercado é visto como um fenômeno econômico natural que se desenvolve espontaneamente a partir da natureza humana universal de obter ganhos pecuniários. Sua interpretação destaca a complexidade institucional do mercado, que, segundo ele, requer a compreensão de um vasto número de instituições que afetam os mercados e que são afetados por eles. A este respeito, Chang (2002, p. 16) esclarece que:

[...] Understanding the market requires consideration of a much wider range of institutions than what are normally discussed by the neoliberals. In addition to property rights and the legal infrastructure that help their exercise and modification, which the neoliberals focus on, we also need to consider all the other formal and informal institutions that define who can hold what kinds of property and participate in what kinds of exchange, what the legitimate objects of exchange are, what the acceptable conducts in the exchange process are, on what terms different types of agent may participate in which markets, and so on.

Na prática, todos os mercados são baseados em instituições que regulam quem pode participar dele, e sob quais condições. Além disso, delineiam os objetos de troca entre os agentes e o papel de cada um no funcionamento destes mercados. Por exemplo, pode-se mencionar as leis do sistema bancário (que definem e limitam a gama de ativos oferecidos pelos bancos), leis relacionadas ao setor industrial, leis ambientais, trabalhistas, direitos de propriedade, de imigração, contratuais (com o foco na redução no nível de fraudes e quaisquer outros comportamentos oportunistas), instrumentos legais estabelecidos para a defesa do consumidor, *etc.* Neste aspecto, os agentes são afetados não apenas por regras formais, mas também por convenções sociais, normas de conduta e hábitos comumente aceitos pela sociedade.

Segundo o autor, o comportamento humano se modifica ao longo do tempo não apenas por meio das instituições (incluindo as criadas e regulamentadas pelo Estado) mas por meio de mudanças institucionais que influenciam o comportamento humano em geral. Sendo assim, considera o Estado e as instituições por ele estabelecidas como um componente ativo na sociedade, capaz de restringir, construir e incentivar a ação humana (CHANG e EVANS, 2005).

Instituições promovem mudanças na conduta dos indivíduos e afetam a maneira pela qual as relações políticas são estabelecidas. Promovem assim diferentes trajetórias de desenvolvimento econômico das nações. O mercado e o Estado – agentes fundamentais deste processo – estão intimamente correlacionados entre si e afeitos às questões de natureza política. Chang sugere que a política é um processo através do qual agentes com motivações e visões diferentes discutem e contestam a estrutura de direitos e obrigações existentes, influenciando e modificando os padrões de interesse vigentes.

Em suma, Chang (2002) elabora uma abordagem teórica alternativa à visão convencional sobre desenvolvimento. Nela, as instituições desempenham um papel fundamental na dinâmica da atividade econômica na medida em que moldam e são moldadas pelo comportamento dos agentes, afetando assim os pilares econômicos, tecnológicos e políticos do sistema. Ele enfatiza que instituições (formais e informais) não simplesmente restringem a ação humana, mas também a impulsiona. Tais características são fundamentais porque os agentes tomam decisões em um ambiente

de crescente complexidade. Assim, a chamada Economia Política Institucional proposta pelo autor está de acordo com a abordagem institucionalista da EIO no que se refere à percepção de que as preferências humanas são mutáveis e estão na base das mudanças sociais e políticas que levam ao desenvolvimento econômico. Para o autor, desenvolvimento é um fenômeno histórico que se processa através de uma mudança crescente e cumulativa das instituições. O próprio autor sintetiza sua interpretação da seguinte forma (2002, p. 6):

[...] This approach, if applied appropriately, does not limit itself to the collection and cataloguing of historical facts in the hope that some pattern will naturally emerge. Rather, it involves searching for persistent historical patterns, constructing theories to explain them, and applying these theories to contemporary problems, while taking into account changes in technological, institutional and political circumstances.

Assim, a abordagem de Chang contrasta com a pesquisa sobre instituições e desenvolvimento econômico em evidência após 1990, que propunha que a má qualidade das instituições é a causa fundamental dos problemas econômicos nos países em desenvolvimento (ver CHANG, 2011). Em seu livro de 2002 e alhures, ele relata as pressões políticas que os países em desenvolvimento vêm sofrendo desde o final do século XX para adotarem instituições e políticas consideradas pelas nações desenvolvidas como “boas” para promover desenvolvimento econômico.

As “boas políticas e instituições” seriam aquelas de cunho neoliberal elaboradas pelo Consenso de Washington⁸. Basicamente, estas políticas visam a implementação de um amplo conjunto de medidas com o objetivo de promover a liberação comercial e financeira internacional, bem como promover a privatização e desregulamentação econômica nestes países.

Chang (2011) permanece coerente com sua postura teórica elaborada em 2002 e posiciona-se em oposição à proposição de que a adoção de instituições chamadas de *Global Standard Institutions* (GSIs) – tidas como ícones da liberdade empresarial e como padrão de proteção dos direitos de propriedade privada – sejam a solução para se atingir níveis mais elevados de desenvolvimento

⁸ Em novembro de 1989, funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais especializados em assuntos latino-americanos (FMI, Banco Mundial e BID) reuniram-se em Washington em um encontro acadêmico e sem caráter deliberativo para fazer uma avaliação da situação econômica da América Latina nos anos 1980, e as necessidades de reformas naqueles países. O encontro foi convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*”. Ao final da reunião, foi redigido um documento no qual as entidades participantes propuseram 10 áreas nas quais deveriam se concentrar a reforma das economias Latino-Americanas, quais sejam: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; 10. propriedade intelectual. Esta agenda de reformas ficou sendo conhecida como o “Consenso de Washington”. Para maiores detalhes, ver Williamson (1990).

econômico nos países periféricos. Segundo ele, é um equívoco pensar que a simples adoção de tais instituições promoverá nas economias em desenvolvimento o mesmo efeito que produzem nos países industrializados. Como dito anteriormente, instituições moldam e são moldadas pelos indivíduos a partir dos aspectos culturais e normas de conduta comumente aceitas localmente. Portanto, a mera transposição (ou justaposição) de instituições adaptadas e bem-sucedidas em determinados países não implica necessariamente a obtenção do mesmo resultado em outras nações cujas condições históricas, culturais e sociais são diferentes.

Em seu livro, Chang argumenta que a imposição dos “países atualmente desenvolvidos” (PADs) para a implementação destas “boas” regras contradiz a própria trajetória de desenvolvimento destas sociedades. Ele apresenta uma série de argumentos de natureza histórica mostrando que os países atualmente desenvolvidos só conseguiram atingir o grau elevado de desenvolvimento que apresentam hoje com o apoio de políticas intervencionistas adotadas no passado por seus respectivos governos⁹. Através das evidências históricas apresentadas ele comprova que os PADs avaliados cresceram muito mais rapidamente no período em que aplicaram políticas consideradas pelo Consenso de Washington como sendo “ruins”, do que no período posterior quando passaram a adotar as “boas”. Assim, ao recomendar a implementação destas políticas “boas”, os PADs estão, efetivamente, “chutando a escada” pela qual subiram ao topo da hierarquia econômica mundial há cerca de um século atrás¹⁰.

Chang (2002, 2011) afirma que nos estágios iniciais de desenvolvimento, as políticas e instituições utilizadas pelos PADs foram significativamente diferentes das que eles exigem atualmente dos países que ainda não atingiram o mesmo nível. Em outras palavras, os PADs estão difundindo como corretas e adequadas aquelas instituições que agora eles consideram ser fundamentais para a promoção do desenvolvimento. O problema é que isso ocorre apenas quando eles próprios alcançaram uma fase avançada neste processo. Isso significa que as instituições consideradas padrão no final do século XX e início do século XXI foram, na verdade, resultado, e não a causa, do desenvolvimento destas economias em sua origem. Assim, os países que hoje estão

⁹ Chang (2002) examina estas políticas aplicadas pelos PADs desde as primeiras medidas adotadas pela Inglaterra do Século XIV até as que foram implementadas no que ele chamou de “novos países industrializados” (NPIs) asiáticos no fim do século XX.

¹⁰ O autor ressalta que a expressão “chutando a Escada” faz referência ao livro de Friedrich List publicado em 1885. Nele, o economista alemão do século XIX (1789-1846), assíduo defensor do protecionismo à indústria nascente, reuniu diversos fatos históricos provenientes da implementação de políticas comercial e industrial dos países mais ricos de sua época – em especial da Grã-Bretanha – para argumentar que eles conseguiram atingir certo grau avançado de desenvolvimento utilizando-se amplamente de políticas intervencionistas.

em situação de prosperidade econômica querem que os não industrializados apliquem nos dias atuais um tipo de política que eles mesmos não adotaram quando estavam em processo de industrialização no passado.

No livro, ele concorda que algumas destas instituições podem até ser benéficas para nações em desenvolvimento, como por exemplo, o Banco Central. Chang reconhece que os bancos centrais são um agente importante para o desenvolvimento das nações pois uma de suas atribuições institucionais é administrar os riscos financeiros e sistêmicos internos, protegendo a estrutura macroeconômica dos países de crises, que podem inclusive ocorrer internacionalmente. Contudo, não há como garantir que instituições de “padrão global” como um todo sejam proveitosas ou necessárias para a totalidade dos países em desenvolvimento. Juntamente com elas, deve existir um aparato político e estrutural de apoio adaptado à realidade econômica e social dos países. E isso envolve, necessariamente, custos para sua implantação.

Nas palavras do autor: instituições “boas” só produzem crescimento quando associadas a políticas igualmente “boas”, ou seja, que estejam em sintonia com o contexto histórico e com as necessidades idiossincráticas para a superação do subdesenvolvimento dos países (CHANG, 2002). Assim ocorreu com a adoção de políticas industrial, comercial e tecnológica para a promoção e defesa de indústrias nascentes dos PADs no passado, e por isso eles puderam alcançar níveis elevados de desenvolvimento econômico na atualidade.

Em suma, o autor critica a proposição de que instituições liberais (“boas”) protegem os direitos de propriedade e proporcionam máxima liberdade econômica, promovendo assim um volume maior de investimento e crescimento econômico. Segundo ele, isto depende dos tipos de propriedade que estão sendo protegidos (CHANG 2002, 2011). Ele destaca o exemplo da América Latina. Nas três últimas décadas, a maioria dos países do continente adotou reformas de natureza liberalizante em suas instituições. Contudo, em termos de renda *per capita* (calculada pelo com base em dados do Banco Mundial e das Nações Unidas), a economia latino-americana cresceu muito mais entre as décadas de 1960 e 1980 (3,1% a.a.) do que entre 1980 e 2009 (1,1% a.a.). Em suas palavras (CHANG, 2011, p. 483):

Especially when we consider that these institutional reforms were preceded and accompanied by supposedly “good” policies of liberalization and opening-up [...] it is difficult to avoid the conclusion that institutional reform along the neo-liberal line may not help growth.

Pessali (2010) segue esta mesma linha de argumentação. Ele afirma que a adoção de tecnologias e instituições sem o apoio ou (re)conhecimento dos agentes que fazem parte do mercado provavelmente tornará custoso o processo de adaptação destas novas institucionalidades, e por isso incapaz de atingir os efeitos desejados. Isto se deve à preexistência de hábitos de pensamento e especificidades ligadas ao indivíduo e ao ambiente coletivo em cada sociedade. As instituições locais diferem entre si, e influenciam os modelos mentais das pessoas envolvidas em seus respectivos contextos históricos e culturais. Por esta razão, nem sempre estão preparados para absorver instituições “novas” que foram estabelecidas (e que foram adaptadas) em outro tipo de ambiente coletivo.

Para ilustrar este ponto, Pessali sugere uma metáfora relacionada ao transplante na medicina. Antes de se fazer qualquer transplante, inúmeros testes de compatibilidade entre receptor e doador devem ser realizados a fim de evitar o perigo da rejeição do órgão que será implantado em um corpo que tem um DNA diferente. Da mesma forma, é necessário um rigoroso processo de adaptação para que as instituições e/ou as tecnologias sejam absorvidas pela comunidade e sejam de fato relevantes para empreender uma transformação qualitativa positiva de suas realidades do ponto de vista econômico e social.

Além da análise do papel desempenhado pelas instituições no processo de transformação do sistema com vistas ao desenvolvimento, é importante também examinar como a incorporação do progresso tecnológico contribui com este debate. Este aspecto conduz a outro elemento da interpretação institucionalista acerca do desenvolvimento econômico que é a importância do progresso técnico. Para tanto, discute-se na seção seguinte a contribuição teórica elaborada por Richard Nelson, um autor que se notabilizou no debate acadêmico devido às pesquisas que tem elaborado analisando a importante correlação entre este aspecto e o desenvolvimento.

3. Pilares da contribuição de Richard Nelson para o debate: coevolução entre tecnologia física e tecnologia social

Do mesmo modo que as instituições, a tecnologia é essencial para a compreensão do desenvolvimento econômico na medida em que é um elemento que também depende da ação humana e de sua interação com o ambiente. No que se refere à discussão sobre instituições e tecnologia, a obra de Nelson corrobora a visão institucionalista de Veblen e da EIO no sentido de que a tecnologia é um fator primordial para a mudança social e para a promoção da qualidade de vida das populações.

O trabalho acadêmico de Nelson tem focado no estudo dos processos de mudança econômica de longo prazo, com ênfase nos avanços tecnológicos e na evolução das instituições econômicas subjacentes. Em seu artigo *Bringing Institutions into Evolutionary Growth Theory* (2002)¹¹, o autor propõe que deve haver uma interconexão coerente entre a abordagem economia evolucionária de linha neoschumpeteriana e a institucional (nos moldes da EIO), enfatizando que ambas compartilham da premissa de que o comportamento humano e sua interação com o ambiente são essenciais para a compreensão da evolução econômica. Por este motivo, este artigo é fundamental para o cumprimento dos objetivos do presente ensaio.

De acordo com a teoria evolucionária proposta por Nelson (2002), o crescimento econômico decorre das mudanças na distribuição de rotinas operacionais associado à criação e aperfeiçoamento de novas rotinas, e ao abandono de outras. Segundo o autor, estas rotinas são as escolhas que os agentes fazem a partir de uma gama limitada de alternativas relacionadas à maneira como irão cumprir suas atividades. Por exemplo, o desempenho de uma organização será determinado pela forma como as rotinas são implementadas nas empresas, bem como das rotinas das outras unidades econômicas que com elas interagem (incluindo fornecedores e clientes). O próprio autor faz questão de dizer que esta noção de rotina é totalmente compatível com a abordagem institucionalista da Escola Original, pois considera também que a mudança econômica é fruto da interação do comportamento dos agentes com o meio.

A fim de estabelecer a relação entre as abordagens evolucionária e institucionalista, o autor discute o conceito de tecnologia, dividindo-o em tecnologias “físicas e sociais”. Estas últimas, articuladas ao conceito de instituição. Nelson (2008) propõe que as instituições são o elemento central da análise do crescimento econômico em uma perspectiva evolucionária. Por isso, este estudo deve incluir as relações que ocorrem entre elas, a mudança institucional e o avanço tecnológico. Isto porque o progresso das tecnologias tem sido a força motriz da evolução econômica desde o início da revolução industrial¹².

Para subsidiar o crescimento de um país, Nelson (2008) reconhece que, além de instituições “corretas”, são necessárias também tecnologias adequadas ao contexto histórico da sociedade (em acordo, portanto, com a compreensão sobre o assunto apresentada em Chang, 2005). Assim sendo, propõe discutir o tema a partir de dois conceitos fundamentais: o de “tecnologias físicas”, voltado

¹¹ Nos artigos pesquisados, Nelson utiliza os termos “*economic growth*” e “*economic progress*” com um sentido compatível ao de “*economic development*”.

¹² Esta proposta também foi expressa em Nelson (2007), no entanto, o trabalho de 2008 é mais completo e por isto será tratado mais detidamente no que segue.

para designar o modo como (tecnicamente) se produz determinado produto. E o de “tecnologias sociais”, concebido para entender a forma como o trabalho está sendo dividido e coordenado em determinada sociedade. Deste modo, o autor estabelece uma estreita conexão teórica entre os institucionalismo da EIO e o neoschumpeterianismo.

O debate sobre crescimento econômico insere-se neste ponto. A partir do uso destas tecnologias, Nelson argumenta que este crescimento envolve a coevolução de tecnologias físicas e sociais, emaranhadas em leis, regras, modos de organização e conduta empresarial. Em outras palavras, a dinâmica institucional que advém daí promove as condições materiais fundamentais para engendrar o processo de crescimento. Tal abordagem difere radicalmente da abordagem convencional que trata do tema, em particular da concepção proposta por Solow (1956) para quem o progresso tecnológico é tido como dado (*take for granted*). O entendimento evolucionário de Nelson é, portanto, dinâmico (e não estático), pois não tende para uma situação de equilíbrio estacionário. A abordagem evolucionária do autor implica também na negação da proposta de que a simples implantação de instituições e de tecnológicas (físicas e sociais) consideradas “padrões” internacionais não garante o mesmo efeito positivo em países que apresentam características distintas.

Este aspecto está em conexão com o trabalho apresentado dos dois autores estudados acima. Sobre este aspecto, Chang (2005) ressalta que uma instituição formal estabelecida em uma sociedade só é eficiente como apoio a um determinado conjunto de instituições informais – nem sempre observáveis facilmente – incluindo a tecnologia. Assim, da mesma forma que a tecnologia importada deve ser adaptada às condições locais, as instituições carecem de instituições de apoio apropriadas ao contexto histórico, político e social da comunidade. Nesta mesma linha, Hodgson (2005) argumenta que o fortalecimento da capacidade institucional de uma sociedade deve envolver uma combinação de sua legislação com esforços espontâneos para incentivar o desenvolvimento de hábitos e de outras características informais consistentes com os objetivos de política econômica e de desenvolvimento social. Isso porque ele entende que as instituições econômicas “apropriadas” (leia-se adaptadas a seu contexto histórico e social) não evoluem por si mesmas.

Nelson (2008) argumenta que há dois obstáculos fundamentais (e que devem ser esclarecidos) a fim de compreender como as instituições e as mudanças institucionais relacionam-se às transformações tecnológicas no processo de crescimento econômico. O primeiro refere-se ao significado do conceito de instituição e o segundo à forma como elas são tratadas na literatura em relação ao crescimento econômico. No que se refere ao primeiro, o autor argumenta que é necessário “desempacotar” o termo. Partindo de uma concepção *vebleniana*, ele afirma que, por definição, as

instituições estão associadas aos costumes e padrões esperados de comportamento. Neste sentido, sua compreensão é que a natureza das instituições está enraizada nos processos mentais dos agentes e refere-se à forma como eles cumprem suas tarefas (“a forma como as coisas são feitas”), e não simplesmente ao cumprimento de regras gerais ou estruturas de restrição do comportamento. Tal constatação corrobora a linha de pensamento de Hodgson examinada acima. Nelson (2008, p. 2) então propõe que instituições são: “[...] *the factors and forces that mold and hold in place social technologies.*”

Como mencionado acima, o autor utiliza o conceito de tecnologias sociais para referir-se ao modo como as “coisas” são criadas. Ou seja, ele entende que as ações e interações entre os agentes determinam o que pode ser alcançado em determinada sociedade do ponto de vista econômico. Isso nos leva à compreensão do segundo obstáculo, ou seja, a forma como as instituições modificam-se e evoluem ao longo do tempo. O conceito de tecnologia social envolve uma ampliação da maneira como os economistas conceituam uma atividade econômica, enquanto tecnologia física é a forma como o trabalho está sendo dividido e coordenado como tecnologia social. Segundo o autor, a produtividade ou eficácia da atividade econômica é determinada por ambos os aspectos.

Deve-se considerar que tanto tecnologias físicas quanto sociais são habilitadas ou restringidas por leis, normas e estruturas que regem os mecanismos e os modos habituais de organização e transação. Tal conclusão está em sintonia com a argumentação proposta por Hodgson (2005), para quem todas as deliberações humanas decorrem de hábitos de pensamento e são mediadas (restringidas ou impulsionadas) por regras. Uma vez que, segundo Nelson, o crescimento econômico envolve a coevolução de tecnologias físicas e sociais, conclui-se que as instituições são decisivas para a compreensão da mudança e evolução da atividade econômica. Nesta percepção, algumas instituições representam a base fundamental para as tecnologias sociais evoluírem. Outras, por sua vez, representam a mudança institucional como parte essencial do processo evolutivo.

Torna-se notório então que Nelson aborda o tema instituições e mudança institucional a partir de uma teoria do crescimento econômico na qual tecnologias físicas e sociais estão interconectadas, ou seja, progridem juntas. Percebe-se assim que a tecnologia está no cerne do processo de crescimento econômico, e que ele é entendido como um processo evolutivo. Nesta abordagem, as instituições atuam no sentido de dar suporte a este crescimento. Um pouco diferente é a concepção de Veblen e dos *veblenianos* contemporâneos como Hodgson, para quem as instituições são mais do que instrumentos de apoio; são as principais responsáveis pelo processo evolutivo de acumulação de capital da sociedade.

Todavia, apesar desta diferença na ênfase dada ao papel das instituições, a abordagem de Nelson não desabona a visão sobre desenvolvimento proposta por Hodgson acima. Ao contrário, a reforça na medida em que se observa o sentido de causalidade de Nelson (2008). Segundo ele, tecnologia e instituições são essenciais para gerar crescimento econômico. Impulsionado pela inovação, o crescimento advém da coevolução de tecnologias físicas e sociais. Apesar de utilizar conceitos diferentes, sua interpretação acerca do processo está centrada na dinâmica da mudança institucional, tal como Hodgson e Chang. Desta forma, considera-se sua interpretação como uma importante contribuição para a compreensão para o debate sobre desenvolvimento econômico numa perspectiva institucionalista compatível com a abordagem proposta pela EIO.

A fim de ilustrar seu argumento, Nelson descreve três episódios históricos em que foi possível observar a dinâmica da mudança institucional aliada às tecnologias física e social. O primeiro refere-se ao surgimento da produção em massa nos Estados Unidos da América no fim do século XIX. Ele destaca o desenvolvimento de tecnologias que permitiram uma expansão na infraestrutura para dar suporte à atividade comercial em geral, tais como o estabelecimento dos telégrafos e das ferrovias. Isso aconteceu simultaneamente à ampliação de diversos projetos tecnológicos que tornaram possível a criação de máquinas industriais mais eficientes e produtivas.

No segundo exemplo, o autor faz alusão ao desenvolvimento das técnicas científicas que deram origem à primeira indústria de base, que foi a de corantes sintéticos. Isso ocorreu na Alemanha no fim do século XIX. Neste caso, ele ressalta a importância do financiamento de pesquisas industriais promovido por este país, além do papel relevante para o florescimento deste tipo de empreendimento obtido a partir do vínculo entre universidades e empresas. No terceiro, destaca os fatores institucionais que encorajaram e deram suporte ao desenvolvimento de novas pesquisas naquele país. Além da abertura do contato direto entre universidade-empresa, ocorre neste período a implantação da indústria de capital de risco para financiar investimentos de setores pioneiros, tal como a nascente indústria da biotecnologia.

Através destes exemplos, percebe-se a inter-relação entre o desenvolvimento de novas tecnologias físicas o surgimento e desenvolvimento de novas tecnologias sociais, ambas indispensáveis em um ambiente institucional propício às inovações. Neste caso, as instituições são importantes por dois motivos: i) permitem o surgimento do aparato legal que fundamenta o sistema de contratação empresarial essencial para dar suporte às atividades capitalistas; ii) ajudam a coordenar as incertezas envolvidas no processo inovativo e na estruturação da concorrência imperfeita dos mercados.

Em síntese, de acordo com a abordagem de Nelson, instituições evoluem ao longo do tempo em um processo que é, ao mesmo tempo, historicamente determinado e mutuamente correlacionado. Não são consideradas como “dadas” e impostas como um “pacote” pré-concebido a ser adotado para conduzir a sociedade ao crescimento econômico. Conforme relata o autor, o processo de evolução das tecnologias sociais e de suas instituições de apoio são irregulares em comparação com a forma como as instituições evoluem fisicamente. Isso porque as tecnologias físicas são mais passíveis de especificação e controle se comparadas às sociais. E são mais propensas a modificações mediante mudanças nas motivações humanas e entendimentos sobre o que está sendo feito, o que raramente pode ser controlado de forma consistente.

No que se refere à evolução das tecnologias mediante o apoio institucional, o autor argumenta que o surgimento e a adoção de novas tecnologias sociais tendem a estar entrelaçados ao arcabouço institucional. Mesmo assim, nada garante que estas tecnologias serão eficazes uma vez que não estão livres da ocorrência de erros. Esta visão é compatível a concepção de Chang de que tanto instituições quanto tecnologia podem ser ineficientes. É compatível também com a percepção de que a mera adoção de tecnologias ou determinados tipos de instituições pode levar uma economia a entrar na trajetória de desenvolvimento econômico.

Em suma, de acordo com Nelson, tecnologias sociais complementam tecnologias físicas, e as instituições são estruturas que fortalecem e apoiam as tecnologias sociais. Pelos argumentos elaborados acima, a abordagem proposta por ele é compatível com a de Hodgson e Chang em determinados aspectos centrais: i) estabelece que uma economia em desenvolvimento está em processo de constante mudança, em que tomadores de decisões estão constantemente aprendendo por meio da experiência, de mudanças nos hábitos de pensamento e valores enraizados em suas respectivas culturas; ii) Propõe uma análise histórica da evolução das instituições como método mais adequado para examinar o desenvolvimento econômico das nações, ao invés de uma teoria geral em que tecnologia, preferências e as decisões estejam submetidas a um modelo geral e consolidado de comportamento.

Considerações finais

As instituições (e sua evolução) estão no cerne do debate sobre o processo de crescimento e desenvolvimento econômico, uma vez que, na perspectiva da EIO, a sociedade é concebida como um organismo complexo que evolui a partir das mudanças que ocorrem na estrutura institucional na qual se assenta. Sendo assim, um passo rumo ao desenvolvimento constitui, por si só, uma mudança que

exige novas adaptações por parte da sociedade, pois elas progridem (ou regridem) como um conjunto de processos que se desdobram de maneira evolutiva, gradual e interdependente umas das outras. A análise do papel dos indivíduos na mudança institucional torna-se então essencial na compreensão do desenvolvimento, entendido nesta acepção como um fenômeno dinâmico.

Análogo a isto, incorporou-se no debate a importância do conhecimento tecnológico enquanto elemento central das mudanças estruturais. A abordagem institucionalista original concebe o desenvolvimento como um processo histórico que não é resultado apenas de taxas positivas de crescimento do produto agregado, mas depende de uma complexa rede de instituições promotoras de mudanças estruturais para a evolução da atividade econômica e da transformação social. Esta visão perpassa, de diferentes formas, a abordagem sobre desenvolvimento proposta por Hodgson, Chang e Nelson. Ao longo do estudo, nossa proposta foi demonstrar que as complementariedades da teoria destes três *scholars* agregam importantes elementos ao debate sobre desenvolvimento, tornando-o mais robusto do que se fossem tomados isoladamente.

De uma forma geral, a visão de Hodgson enfatizou o processo de causalção cumulativa entre instituições e indivíduos por meio dos seus hábitos enraizados de pensamento em um ambiente complexo e evolutivo que contempla mudanças institucionais compatíveis como o desenvolvimento econômico. Por sua vez, Chang destacou a necessidade de fazer uma investigação cuidadosa dos fatos históricos peculiares a cada país, em particular no sentido de especificar as condições políticas, institucionais e tecnológicas inerentes ao processo. Em sintonia com a interpretação dos autores precedentes, Nelson ressaltou que a coevolução das tecnológicas físicas e sociais que emergem no seio da atividade econômica representam o elemento primordial do crescimento econômico de uma nação, ressaltando a importância das instituições e da mudança institucional neste processo. Assim, acreditamos que a interconexão da abordagem destes autores estabelece elementos teóricos fundamentais para uma interpretação institucionalista evolucionária do desenvolvimento econômico.

Referências

AGNE, C. L.; CONCEIÇÃO, O. A. C. Dos hábitos às instituições: proposições analíticas e metodológicas na Economia Institucional de Thorstein Veblen. **Redes**, v. 23, n. 2, maio-agosto, 2018, pp. 386-407.

CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Rev. Econ. Contemp.**, v. 18, n. 3, set-dez/2014, pp. 373-392.

CHANG, H.-J. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press, 2002.

CHANG, H.-J. *Institutions and economic development: theory, policy and history*. *Journal of Institutional Economics*, v. 7, n. 4, 2011, pp. 473-98.

CHANG, H.-J.; EVANS, P. *The Role of Institutions in Economic Change*. **In:** DE PAULA, S.; DYMSKI, G. (eds.). *Reimagining Growth: Towards A renewal of Development Theory*. London: Zed Press, 2005, pp. 99-129.

DEQUECH, D. O conceito de instituições e algumas tipologias. **In:** SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FENÁNDEZ, R. G. *Economia Institucional: Fundamentos Teóricos e Históricos*. São Paulo: Unesp, 2017, pp. 159-82.

FERRARI FILHO, F.; CONCEIÇÃO, O. A. C. A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível? *Nova Economia*, v. 11, n. 1, jul. 2001, pp. 99-122.

HODGSON, G. M. *Socio-Political Disruption and Economic Development*. **In:** HODGSON G. M.; SCREPANTI, E. *Rethinking Economics: Markets, Technology and Economic Evolution*. Aldershot, England: Edward Elgar, 1991, pp. 153-71.

HODGSON, G. M. *Institutional economics: Surveying the “old” and the “new”*. *Metroeconomica*, v. 44, n. 1, 1993, pp. 1-28.

HODGSON, G. M. *An Evolutionary Theory of Long-Term Economic Growth*. *International Studies Quarterly*, v. 40, n. 3, *Special Issue: Evolutionary Paradigms in the Social Sciences*, Sep., 1996, pp. 391-410.

HODGSON, G. M. [1998]. A abordagem da Economia Institucional. **In:** SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FENÁNDEZ, R. G. *Economia Institucional: Fundamentos Teóricos e Históricos*. São Paulo: Unesp, 2017, pp. 249-94.

HODGSON, G. M. A evolução das instituições: Uma agenda para pesquisa teórica futura. *Revista Econômica*, v.3, n.1, 2001. p. 97-125.

HODGSON, G. M. *Reconstitutive Downward Causation: Social Structure and the Development of Individual Agency*. **In:** Fullbrook, Edward (ed.) *Intersubjectivity in Economics: Agents and Structures*. London and New York: Routledge, 2002, pp. 159-80.

HODGSON, G. M. *The Hidden Persuaders: Institutions and Individuals in Economic Theory*. *Cambridge Journal of Economics*, v. 27, n. 2, March, 2003, pp. 159-75.

HODGSON, G. M. *Institutions and Economic Development: Constraining, Enabling and Reconstituting*. **In:** DE PAULA, S.; DYMSKI, G. (eds.). *Reimagining Growth: Towards a Renewal of Development Theory*. London: Zed Press, 2005, pp. 85-98.

HODGSON, G. M. [2006a]. O que são instituições? **In:** SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FENÁNDEZ, R. G. *Economia Institucional: Fundamentos Teóricos e Históricos*. São Paulo: Unesp, 2017, pp. 121-58.

HODGSON, G. M. *Economics in the shadows of Darwin and Marx: Essays on institutional and evolutionary themes*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006b.

HODGSON, G. M. *Institutions and individuals: Interaction and Evolution*. **Organizations Studies**, v. 28, n. 1, 2007, pp. 95-116.

HODGSON, G. M. *1688 and all that: property rights, the Glorious Revolution and the rise of British capitalism*. **Journal of Institutional Economics**, v. 13, n. 1, March, 2017, pp. 79-107.

HODGSON, G. M.; HUANG, K. *Brakes on Chinese Economic Development: Institutional Causes of a Growth Slowdown*. **Journal of Economic Issues**, v. 47, n. 3, September, 2013, pp. 599-622.

HODGSON, G. M.; KNUDSEN, T. *The Complex Evolution of a Simple Traffic Convention: The Functions and Implications of Habit*. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 54, n. 1, 2004, pp. 19-47.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 4, outubro-dezembro, 2013, pp. 619-637.

MONASTERIO, L. M. Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de A Teoria da Classe Ociosa. **Cadernos IHU Idéias**, n. 42, 2005, pp. 1-14.

NELSON, R. R. *Bringing Institutions into Evolutionary Growth Theory*. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 12, 2002, pp. 17-28.

NELSON, R. R. *Economic Development from the perspective of Evolutionary Economic Theory*. **Working Papers in Technological Governance and Economic Dynamics**, n. 2, jan. 2006.

NELSON, R. R. *Institutions and Economic Growth: Sharpening the Research Agenda*. **Journal of Economic Issues**, n. 2, June 2007.

NELSON, R. R. *What enables rapid economic progress: What are the need institutions?* **Research Policy**, v. 37, 2008, p. 1-11.

PESSALI, H; DALTO, F. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. **Nova Economia**, v. 20, n. 1, jan./abr. 2010, pp. 11-37

SALLES, A. O. T. Repensando desenvolvimento econômico no século XXI: instituições, sustentabilidade e outros desafios. **Agenda Social**, v. 5, n. 2, 2011. p. 1-23.

SALLES, A. O. T.; CAMATTA, R. B. O Utilitarismo de Jevons e a crítica de Veblen acerca da teoria do consumo. **Revista Economia Ensaios**, v. 28, n.2, jan./jun. 2014, pp. 77-108.

SALLES, A. O. T.; CAMATTA, R. B. Para além do consumo conspícuo: A teoria do consumo de Thorstein Veblen em A Teoria da Classe Ociosa e em *The Theory of Business Enterprise*. **In: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FENÁNDEZ, R. G. Economia Institucional: Fundamentos Teóricos e Históricos**. São Paulo: Unesp, 2017, pp. 337-70.

SALLES, A. O. T.; CAMATTA, R. B. A interpretação marginalista do consumo conspícuo: inconsistências e limitações da síntese neoclássica da Teoria da Classe Ociosa. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 1, janeiro-abril 2020, pp. 237-71.

SOLOW, R. M. A. **Contribution to the Theory of Economic Growth. The Quarterly Journal of Economics**, v. 70, n. 1, 1956, pp. 61-95.

VEBLEN, T. B. [1898a]. Por que a Economia não é uma ciência evolucionária? **In**: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FENÁNDEZ, R. G. *Economia Institucional: Fundamentos Teóricos e Históricos*. São Paulo: Unesp, 2017, pp. 31-52.

VEBLEN, T. B. *The Instinct of Workmanship and the Irksomeness of Labor. The American Journal of Sociology*, v. 4, n. 2, Sep. 1898b, pp. 187-201.

VEBLEN, T. B. [1899] **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

VEBLEN, T. B. *The Limitations of Marginal Utility. Journal of Political Economy*, v. 17, n. 9, 1909.

VEBLEN, T. B. *The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts. New York: The MacMillan Co.*, 1918.

VEBLEN, T. B. [1921]. **The Enginners and the Price System**. Kitchener: Batoche Books, 2001.

WILLIAMSON, J. (ed.) *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Washington: *Institute for International Economics*, 1990.

Artigo recebido em 30/06/2020

Artigo aceito em 03/09/2020